

VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Saberes da Amazônia Transfronteiriça

GUARDIÕES DA VIDA: A PRESERVAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS COMO PILAR DA HUMANIDADE

Dalva Moraes dos Santos, dalvamoraes7@gmail.com^I
Prof^a Dra. Leila Camargo, Leila.camargo@uerr.edu.br^{II}

Resumo: Em tempos de colapso ambiental, avanço do neoconservadorismo e apagamento das diversidades, os povos originários emergem como guardiões da vida, sustentando a biodiversidade e o equilíbrio do planeta. Este artigo propõe uma reflexão sobre a luta dos povos originários e de seus territórios como condição para a sobrevivência da humanidade. Analisando o papel da diversidade na conservação da riqueza de nichos ecológicos e modos de vida e, discutindo o currículo escolar na construção de uma educação com equidade e justiça social nas Amazônias e fora delas, já que uma educação anti-racista e justa deve ser diluída em todas as etapas do ensino básico em todo território nacional. A partir de referenciais como Camargo, Shiva, Quijano, Apple e outros, discute-se a necessidade de descolonizar os currículos e de promover uma pedagogia territorializada, intercultural e ecológica. O texto defende que a educação deve ser um espaço de convivência epistemológica, capaz de reconhecer a centralidade dos saberes indígenas na construção de um projeto civilizatório comprometido com a vida.

Palavras-chave: Povos originários. Justiça curricular. Epistemologias indígenas. Neoconservadorismo. Sociobiodiversidade

^ISocióloga pela Universidade Federal de Roraima (UFRR); especialista em Gestão Escolar; Professora de Sociologia na rede pública de ensino; Mestranda em Educação UERR/UFRR

^{II}Pós- Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA 2019-2020); Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016). Profa. da Universidade Estadual de Roraima (Uerr) e da Rede Pública de Ensino do Estado.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

INTRODUÇÃO:

Os povos originários e seus territórios não são apenas reservas culturais, mas verdadeiros sistemas vivos que sustentam a biodiversidade e o equilíbrio do planeta. Em tempos de colapso ambiental, avanço do neoconservadorismo e apagamento das diversidades, os povos originários e seus territórios emergem como pilares da preservação da vida humana. A crise ambiental global, o avanço das monoculturas e o apagamento de saberes tradicionais revelam que há uma demanda civilizatória. Neste contexto esse trabalho propõe uma reflexão sobre a preservação dos povos originários como condição para a sobrevivência da humanidade.

Quatro textos foram inspirações fundamentais para a elaboração deste trabalho, considerando o currículo como grande recurso para o enfrentamento a tentativa de apagamento das tradições e cultura das populações amazônicas. Colocamos em pauta, como propõe Camargo, 2022, a compreensão e proteção dos povos originários protegendo a própria humanidade, e a descolonização do currículo como urgência civilizatória.

O texto “Diversidade sociocultural e currículo nas Amazôniaas: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes” (2022), é um artigo acadêmico e provocador que propõe uma forte crítica às políticas educacionais hegemônicas no Brasil, especialmente no contexto amazônico. Já o texto “Povos Indígenas e do Campo: caminhos para uma educação com equidade e justiça curricular”, apresentado na 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023), é um ensaio crítico e engajado que propõe uma reflexão profunda sobre os desafios educacionais enfrentados por populações indígenas e do campo, especialmente no estado de Roraima. Em “Fronteiras da República em Roraima: conflitos e desafios curriculares”, apresentado na 42ª Reunião Nacional da ANPEd, também um ensaio crítico, aborda as tensões entre os projetos de educação nacional e as realidades socioculturais da região de Roraima, principalmente nas áreas de fronteira. Por último temos o texto “Neoconservadorismo: corpos normatizados e



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

invisibilizados no cotidiano escolar”, também apresentado na 42ª Reunião Nacional da ANPED, é um texto crítico e instigador que investiga como ideologias neoconservadoras forjam práticas escolares, atingindo diretamente adolescentes e jovens em Boa Vista, Roraima.

Povos Originários: Guardiões da Sociobiodiversidade e saberes

Os povos originários não apenas habitam territórios, eles os moldam. As Amazônias, plurais e únicas, revelam sistemas de manejo ancestral que articulam saberes ecológicos e culturais. Essa relação entre cultura e natureza é o que sustenta a sociobiodiversidade amazônica. Como apontam Balée (1993) e Leonel (2000), os povos indígenas e tradicionais desenvolveram práticas de uso da terra de forma sustentável, respeitando os ciclos naturais e promovendo a regeneração dos ecossistemas. A revolução agrícola há mais de 12 mil anos, segundo Mathias (2006), foi fruto dessa interação profunda entre humanos e territórios. Natureza e seres humanos, para esses povos, são entidades inseparáveis, numa visão que desafia a lógica da exploração e aponta caminhos para a sustentabilidade do planeta. Sendo assim, ao contrário da lógica extrativista, esses povos operam com base na reciprocidade e no cuidado, revelando epistemologias que desafiam o paradigma moderno de desenvolvimento.

Shiva (2003) contrapõe à lógica industrial a noção de “sociodiversidade e biodiversidade interligadas”, afirmando que a diversidade é a base da vida e da liberdade. Sustentadas por práticas comunitárias de cuidado e reciprocidade essa ideia ecoa nos modos de produção e transmissão do conhecimento indígena através da educação que acontece no território, pela oralidade e pela convivência comunitária. Os povos originários, ao manejarem seus territórios de forma sustentável, demonstram que “a diversidade é a base da vida e da liberdade” (SHIVA, 2003, p. 65). Essa perspectiva ressoa nas práticas indígenas de manejo, espiritualidade e educação, onde o conhecimento é relacional e territorial. Educações que acontecem no território, pela oralidade e pela convivência comunitária, entendem que para esses povos, isso é um ato ecológico. Portanto, proteger esses povos é proteger o futuro. E aprender com eles é talvez a única chance de reverter o curso da destruição e colapso ambiental.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Território e Cultura: Resistência e Sustentabilidade

Os projetos colonizadores e de modernização autoritária desestruturaram modos de vida e saberes indígenas. A “monocultura das mentes” (Shiva, 2003) critica a padronização do pensamento e apagamento da diversidade pela corrosão das línguas, culturas e identidades provocada por currículos monoculturais e monolíngüísticos.

No contexto escolar, os currículos são responsáveis pela difusão dos conhecimentos considerados válidos para a sociedade e, numa perspectiva de adoção da monocultura das mentes, a possibilidade de efetivação de um currículo padronizado e voltado a interesses dominantes é imensa. (CAMARGO et al., 2022).

O artigo *Fronteiras da República em Roraima* mostra como os territórios indígenas são constantemente afetados por políticas públicas que ignoram suas especificidades. A fronteira, nesse contexto, não é apenas geográfica, é também curricular, epistemológica e simbólica. A invisibilização dos saberes indígenas nas escolas públicas é uma forma de colonialidade que desfaz identidades e rompe vínculos com seus territórios. Preservar a cultura é, portanto, preservar o chão onde ela se enraíza.

O neoconservadorismo, segundo Michael Apple, envolve uma agenda que busca “endireitar” a educação e restaurar valores tradicionais, ao mesmo tempo em que se articula com a modernização neoliberal do ensino. Essa lógica vai ao encontro de discursos moralizantes e autoritários nas escolas que reforçam padrões excludentes de corpo, saber e comportamento. Os povos originários, com suas múltiplas formas de ser e saber, tornam-se alvo direto dessa normatização homogeneizante. A resistência a esse projeto é também uma luta pela pluralidade e contra o epistemicídio cultural, o racismo e injustiça ambientais.

Povos originários, território e currículo nas Amazônias

A luta contra a monocultura das mentes é também uma luta contra o neoconservadorismo educativo que tenta normalizar corpos, saberes e afetos (APPLE, 2003). Como lembra Camargo (2021, p. 15), “a equidade curricular começa quando o território deixa de ser apenas o espaço onde a escola está e passa a ser o espaço de onde o conhecimento



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

emerge”. Nessa perspectiva, os currículos amazônicos devem ser territorializados, vinculando a aprendizagem à vida comunitária, à oralidade e à ancestralidade.

Ambos os autores apontam que a diversidade, biológica e cultural, é condição para a resiliência. Assim, a resistência dos povos originários constitui uma pedagogia da vida, que ensina a humanidade o equilíbrio com a Terra. Através de reformas e sob parâmetros monoculturais, a escola reproduz a separação entre natureza e cultura, contribuindo para o apagamento dos saberes, da cultura, das tradições, enfim, das epistemologias indígenas. É nesse ponto que a noção de *justiça curricular* se torna fundamental. Reconhecer que os povos originários produzem ciência, arte e filosofia é um ato político de reparação histórica.

Os novos reformadores educacionais procuram redefinir o significado do que é conhecimento legítimo. Ao fazer isso, moldam o currículo para que ele sirva aos interesses de grupos sociais dominantes, reforçando uma visão de mundo única, moralmente ‘correta’ e economicamente funcional. Esse processo, muitas vezes invisível, converte a educação em instrumento de controle cultural e de reprodução da desigualdade. (APPLE, 2003, p. 44–45).

Uma educação específica, intercultural e territorializada é central para os povos originários. Desde os anos 1970, como mostram Camargo e Casali (2020), indígenas têm reivindicado magistérios próprios, concursos específicos e licenciaturas interculturais. A conquista da LEDUCARR em Roraima, por exemplo, representa um avanço para os povos do campo, das águas e das florestas. No entanto, como aponta Lopes (2015), ainda há precariedade estrutural e descaso institucional. A justiça curricular exige o reconhecimento das epistemologias amazônicas e o combate às novas formas de colonialidade (Quijano, 2010).

Preservar a cultura é preservar o território simbólico que a sustenta. Como lembra Boaventura de Sousa Santos (2010), toda epistemologia é também uma geopolítica do conhecimento: “não há conhecimento neutro; todo saber tem um lugar”. O neoconservadorismo reforça essa hierarquia ao articular moralismo e neoliberalismo, com o discurso de “restaurar valores tradicionais” enquanto mercantiliza a educação. Essa combinação gera um currículo excludente invisibiliza diferenças. A resiliência indígena, nesse contexto, é pedagógica porque ensina e é política porque resiste.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Agroecologia no Currículo: Educação enraizada na Terra

A valorização da agroecologia como princípio educativo é essencial para a construção de currículos que conectem conhecimento, território e sustentabilidade. Mais do que uma prática agrícola, a agroecologia é uma pedagogia da terra, que integra ciência, tradição e ética do cuidado. Segundo Altieri (2012), a agroecologia vai além do campo técnico e assume dimensão cultural e política, ao reaproximar o ser humano e os ecossistemas de que depende.

Nas Amazônias, essa reaproximação é resistência e esperança. As práticas agroecológicas desenvolvidas por povos originários e tradicionais revelam uma ciência fundada na reciprocidade, na diversidade e na autonomia. Como afirma Caporal (2009, p. 45), a agroecologia é também um movimento social e educativo, que propõe um modo de viver e produzir em harmonia com os bens comuns da natureza. Essa visão é inseparável da luta por justiça ambiental e curricular, pois reconhece que os conhecimentos locais são fontes legítimas de inovação e sustentabilidade.

“A agroecologia busca compreender os princípios ecológicos que regem o funcionamento dos ecossistemas naturais, e aplicá-los à agricultura, criando sistemas produtivos que mantenham a biodiversidade, reciclam nutrientes, conservam energia e promovem interações biológicas benéficas. Ela constitui, portanto, um campo de conhecimento e prática que une ciência, ética e cultura, contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis e justas.”
(ALTIERI, 2012, p. 34)

Incorporar a defesa da agroecologia ao currículo escolar é reconhecer o território como sala de aula viva, onde o aprendizado acontece na troca com a terra, com os ciclos da natureza e com as práticas comunitárias. Como defende Gliessman (2018), “o sistema agroecológico só é sustentável quando integra dimensões ecológicas, econômicas, sociais e culturais”. Essa perspectiva amplia a função da escola, que passa a educar não apenas para o consumo, mas para a reprodução da vida de todas as formas.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Assim, uma educação também agroecológica, territorializada, participativa e intercultural fortalece o protagonismo das comunidades locais e transforma o currículo em instrumento de regeneração ambiental e ética do planeta. Nas Amazônias, onde a floresta também deve ser considerada sujeito de direitos e de saberes, a agroecologia torna-se ponte entre o conhecimento tradicional e o científico, reafirmando que educar é também semear; acreditar que voltar os olhos para a agroecologia nos currículos significa desde já usar um instrumento de conscientização para que crianças e jovens entendam desde já o absurdo que é encher a terra de veneno consumido por humanos e animais através de alimentos; que rios estão em perigo por conta, também, de uma agricultura destrutiva.

Intervenções Curriculares para uma Educação com Consciência Originária

É preciso transformar o currículo nacional em um espaço de convivência epistemológica, onde os conhecimentos indígenas e tradicionais sejam reconhecidos como parte legítima do patrimônio científico, artístico e filosófico da humanidade. A construção de currículos que contemplem a proteção dos povos originários exige intervenções estruturais e pedagógicas que ultrapassem o caráter pontual de projetos regionais.

Uma primeira intervenção fundamental é a revisão das diretrizes curriculares nacionais, de modo a incluir a educação para a diversidade e a sustentabilidade sociocultural e ambiental como eixo transversal em todas as etapas da Educação Básica desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Tal medida garantiria que temas como território, ancestralidade, cosmologia, oralidade e reciprocidade fossem abordados não apenas em História, Geografia ou Sociologia, mas também em Ciências, Artes, Língua Portuguesa e Educação Ambiental.

Outra intervenção diz respeito à formação inicial e continuada de professores, que precisa ser orientada por perspectivas interculturais. Não se trata apenas de aprender sobre os povos originários, mas com eles e a partir deles. Isso também implica na valorização da presença de educadores indígenas em programas de formação, ampliar o diálogo entre universidades e comunidades e produzir materiais didáticos construídos coletivamente, com respeito à autoria e à cosmovisão desses povos.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Uma terceira intervenção envolve o fortalecimento de projetos territoriais de educação, onde escolas nascem e se sustentam em diálogo com o contexto sociocultural onde estão inseridas. A experiência amazônica, nesse sentido, pode inspirar outras regiões do país a reconhecerem seus próprios povos tradicionais como: quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, sertanejos como fontes vivas de conhecimento. Essa territorialização do currículo é o que Camargo (2022) chama de “equidade curricular a partir da terra”, uma pedagogia que reconhece que cada território é também um espaço de produção de ciência, ética e memória.

Essas intervenções não se restringem à Amazônia: elas propõem uma educação para a humanidade, capaz de formar sujeitos conscientes de que a preservação dos povos originários é condição para a continuidade da vida. Assim, o currículo deixa de ser um instrumento de reprodução e se transforma em ferramenta de regeneração cultural, ambiental e ética. É imprescindível que a educação básica brasileira, em todas as suas etapas e regiões, reconheça e valorize a centralidade das Amazônias como território de vida, resistência e sabedoria ancestral.

Considerações Finais

A preservação dos povos originários é a preservação da própria humanidade, portanto, uma urgência ética, ecológica e civilizatória. Eles não são vestígios do passado, mas alternativas para o futuro como guardiões da vida, não apenas por protegerem florestas e rios, mas por sustentarem cosmologias que reintegram o humano à Terra. Os currículos escolares, ao incorporarem a diversidade de saberes e práticas desses povos, podem se tornar ferramentas de reconciliação entre civilização e natureza.

Como ensina Quijano (2005), descolonizar é libertar-se da colonialidade do poder e do saber. E como alerta Camargo (2022), descolonizar o currículo é o primeiro passo para uma nova ética civilizatória, onde o conhecimento volta a ter compromisso com a vida. Reconhecer, proteger e aprender com esses povos é garantir um horizonte possível para a humanidade. A justiça curricular, nesse contexto, é mais do que uma pauta educacional, também deve ser considerado um projeto de mundo.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

A preservação dos povos originários também representa a própria ideia de conhecimento. Em tempos marcados pela tecnocracia e pela mercantilização da vida, a sabedoria desses povos revela que não há futuro possível sem reciprocidade, solidariedade e respeito à Terra. Como lembra Boaventura de Sousa Santos (2010), a modernidade ocidental separou o humano do mundo, enquanto as epistemologias do Sul insistem em reconectá-lo. Nesse sentido, pensar uma educação decolonial é mais do que revisar currículos: é reconstruir o sentido do aprender como ato de pertencimento. Cada gesto de preservação de um idioma, de um ritual ou de uma plantação tradicional é também um gesto que ensina o valor da interdependência e da continuidade da vida, sendo um ato pedagógico.

Por fim, é necessário incentivar políticas públicas que articulem currículo, cidadania e ecologia, rompendo com a fragmentação entre educação e meio ambiente. As escolas devem ser espaços em que a Terra seja vista e tratada com seriedade, respeito e preocupação constante. Lugares onde crianças e jovens aprendem que proteger uma floresta, por exemplo, é proteger a si mesmos.

Referências

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

APPLE, Michael. Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

BALÉE, William. Footprints of the Forest. New York: Columbia University Press, 1993.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

CAMARGO, Leila Maria. Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônia: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. ANPED, 2022.

CAMARGO, L. M.; CASALI, A. Educação indígena e justiça curricular nas Amazônia. Belém: UFPA, 2020.

CAPORAL, Francisco R. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecology: the ecology of sustainable food systems. 3rd ed. Boca Raton: CRC Press, 2018.

LEONEL, Mauro. Amazônia: povos e florestas. São Paulo: Peirópolis, 2000.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

LOPES, Alice Casimiro. Currículo e justiça social: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MATHIAS, Carlos. A agricultura e o homem: história e civilização. São Paulo: Contexto, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2005.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

